

CAPÍTULO 4

ESTRUTURA DA REDE EDUCACIONAL

*Zanandrea Ramos Figueira
Valdenira Ferreira dos Santos
Josiane do Socorro de Sousa Aguiar
Luis Mauricio Abdon*

4.1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional estabelecido pela Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB ou Lei n. ° 9.394 de 20 de dezembro de 1996, redefini o papel de atuação dos setores públicos e privados na educação.

Segundo o Art. 211 §2º e §3º, cabe ao poder municipal atuar na Educação infantil e no Ensino fundamental, e ao Poder estadual no Ensino fundamental e Ensino médio. Tais determinações desenham um novo cenário na forma como os mantenedores públicos devem atuar dentro dos seus municípios ao que a nova diretriz passou a exigir como sendo a educação básica gratuita a ser disponibilizada pelos mesmos.

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de contribuir para o entendimento das potencialidades e limitações da área educacional, através de análise em regiões ambientais nos municípios costeiros (Cutias, Itauba, Macapá, Santana, Mazagão e Vitória do Jari), focalizando-se em entrevistas de campo em 171 comunidades da área trabalhada.

4.2 METODOLOGIA

As informações constantes neste Relatório resultaram da análise das entrevistas aplicadas em campo pelo Programa GERCO-AP e os dados obtidos através da Secretaria de Educação do Estado do Amapá–SEED. Os dados foram sistematizados obedecendo a metodologia descrita na apresentação deste compêndio.

As análises das informações basearam-se na taxa de frequência relativa das comunidades atendidas com estabelecimentos de ensino por mantenedor (Estadual, Municipal e Particular) e também por modalidade de ensino conforme preconiza a LDB. Neste último, por ser tratar de um período de transição no atendimento da rede educacional no país, bem como devido às características educacionais da área estudada, separou-se o Ensino Fundamental em duas categorias: de 1^a a 4^a séries e de 5^a a 8^a séries. Analisou-se ainda nas modalidades de ensino a Classe de Alfabetização¹, em razão da sua importância no Setor Costeiro Estuarino. Sua oferta ocorre somente dentro dos estabelecimentos públicos municipais, não existindo nas secretarias estaduais e municipais um setor destinado para este público, conforme informações da própria SEED.

As análises dos dados compreenderam três etapas:

A primeira trata da análise do comportamento geral do atendimento às comunidades pelos estabelecimentos de ensino no Setor Costeiro Estuarino, através das taxas referidas no parágrafo anterior para os espaços urbanos e rurais. Nos espaços rurais utilizou-se também taxa de frequência de atendimento com transporte escolar para os estabelecimentos educacionais existentes nas comunidades; como também Taxas de Frequência relativa de problemas das escolas e de Dificuldades para os alunos em frequentá-las. Esta etapa é de análise preliminar do setor trabalhado que não entrou no cálculo do Índice de Potencialidade da Rede Educacional (IPE);

A segunda etapa corresponde a um detalhamento do espaço rural do Setor Estuarino a nível municipal onde se considerou individualmente cada região ambiental dentro dos municípios costeiros. Nesta etapa foram analisadas as taxas de frequência relativa do atendimento às comunidades pelos estabelecimentos de ensino por mantenedor (TAM) e por modalidade de ensino (TAMODE), as quais serviram de indicadores para a construção do IPE (Tabela 5).

Aos indicadores foram estabelecidos pesos relativos e sua utilização seguiu a filosofia estabelecida para o Diagnóstico Socioambiental do setor trabalhado, onde os maiores pesos são utilizados para o que existe de potencial nas variáveis dos indicadores trabalhados. Paralelamente a estes também foram tratados os principais problemas e anseios das comunidades em relação ao aspecto educacional, utilizando-se também taxas de frequência relativa, sendo que as mesmas não entram no cálculo do índice.

Tabela 5 – Variáveis e indicadores utilizados para o Cálculo do Índice de Potencialidade da Rede Educacional no espaço rural do Setor Costeiro Estuarino

	INDICADOR	VARIÁVEL
Índice de Potencialidade da Rede Educacional = IPE	TAM = Taxa de atendimento por órgão mantenedor	Número estabelecimentos ativos por mantenedor nas comunidades (EE) por região ambiental em cada município costeiro (EE – Estabelecimento Estadual, EM – Estabelecimento Municipal e EP – Estabelecimento Particular). Total de estabelecimentos de ensino existentes nas comunidades por região ambiental em cada município costeiro (TOTESTE).
	TAMODE = Taxa de atendimento por modalidade de ensino	Número de estabelecimento por modalidade de ensino nas comunidades por região ambiental em cada município costeiro (CR – creche, PE – Pré-Escolar, A – Classe de Alfabetização, E1 ^a – 4 ^a - Educação de Primeira a Quarta Séries, E5 ^a – 8 ^a - Ensino de Quinta a Oitava Séries, EDE – Educação Especial, EJA – Educação Jovens e Adultos, EM – Ensino Médio) Total de estabelecimentos de ensino existentes nas comunidades por região ambiental em cada município costeiro (TOTESTE).
Cálculo dos Indicadores	TAM = $((EE/TOTESTE) \times 3) + ((EM/TOTESTE) \times 2) + (PE/TOTESTE \times 1)/6$	
	TAMODE = $((CR/TOTESTE) + (PE/TOTESTE) + (A/TOTESTE) + ((E1^a-4^a)/TOTESTE) \times 3) + ((E5^a-8^a)/TOTESTE) \times 2) + ((EDE/TOTESTE) \times 2) + ((EJA/TOTESTE) \times 2) + (EM/TOTESTE)/13$	
Cálculo do Índice de Potencialidade Educacional	IPE = $(TAM + TAMODE)/2$	

Fonte: GERCO-AP.

4.3 COMPORTAMENTO GERAL DA REDE EDUCACIONAL

4.3.1 Área Urbano-Portuária e Sede dos Outros Municípios

Na área urbano-portuária a rede estrutural de ensino é formada por 195 estabelecimentos educacionais onde o poder público é o mais atuante. Este quadro difere das sedes dos outros municípios costeiros, somente na freqüência de atendimento com as modalidades de ensino voltadas para a educação infantil (creche, pré-escolar e classe de alfabetização), onde o principal mantenedor é a rede privada. (Figura 17).

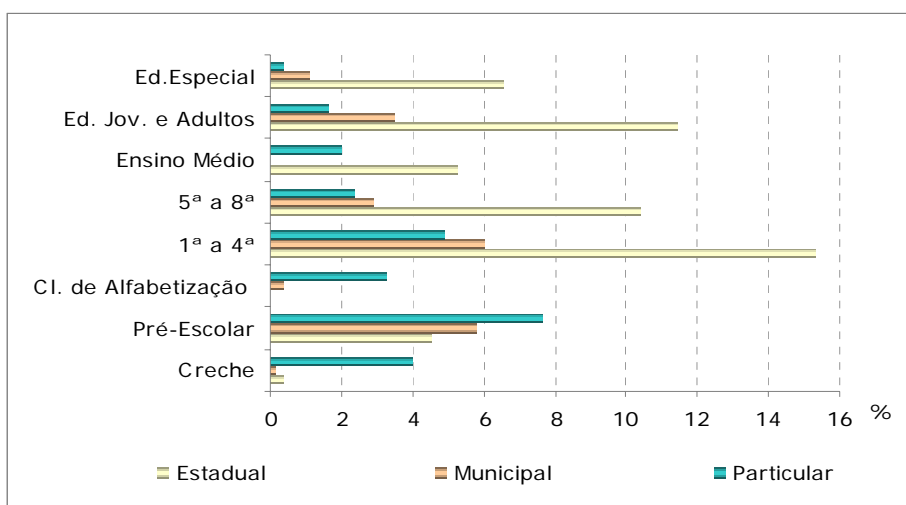


Figura 17 – Taxa de freqüência de atendimento dos Mantenedores Públicos de acordo com as modalidades de ensino na área urbano-portuária.
Fonte: GERCO-AP; SEED/NPE.

As modalidades de ensino que compõem o ensino básico estão presentes em todas as sedes, sendo mantidas principalmente pelo Poder Público Estadual (Figura 18). No município de Cutias, o mantenedor mais atuante é o municipal, com taxa de freqüência de 66,67% no atendimento dessa sede. O mantenedor particular destaca-se apenas na Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos presentes na sede do Município de Mazagão. A oferta de creches é carente existindo apenas nas sedes de Cutias e Mazagão. A sede do município de Mazagão destaca-se por apresentar todas as modalidades de ensino.

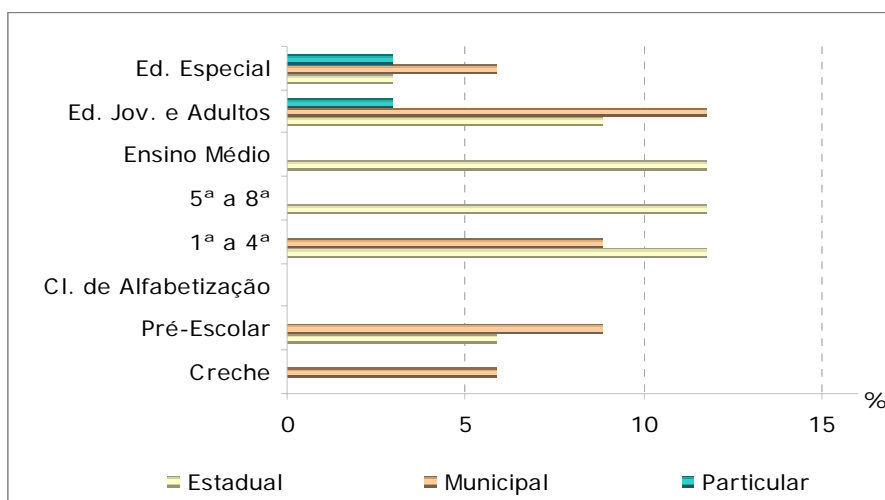


Figura 18 – Frequência de atendimento das modalidades de ensino por mantenedor na área das sedes dos municípios no Setor Costeiro Estuarino, excluindo-se a área urbano-portuária.
Fonte: GERCO-AP; SEED/NPE.

Faz-se necessário ressaltar que no setor estuarino somente no espaço urbano-portuário há presença do ensino superior, através do atendimento por mantenedores públicos e privados. Nas sedes dos outros municípios esse atendimento é inexistente.

4.3.2 Área Rural

A rede educacional nas comunidades entrevistadas conta com 171 estabelecimentos de ensino, dos quais 32,74% são da rede estadual e representam 27% de toda a rede do Estado. Em relação à dependência administrativa municipal, dos 33% da rede de ensino do Estado, 25% estão estabelecidos na área rural trabalhada. Apenas 1,75% dos estabelecimentos existentes no Setor Costeiro Estuarino pertencem a rede de ensino particular, e concentram-se na Região Ambiental de Terra Firme.

Semelhante ao que ocorre entre o Estado e o Setor Costeiro Estuarino o mantenedor Estadual tanto na Região Ambiental da Planície Costeira quanto na Região da Terra Firme é mais atuante (Figura 19). Esta proporção difere, entretanto, na taxa de atendimento nas diferentes

regiões: na Planície Costeira predomina a atuação do Poder Municipal, enquanto que na Terra Firme o Poder Público Estadual é mais atuante.

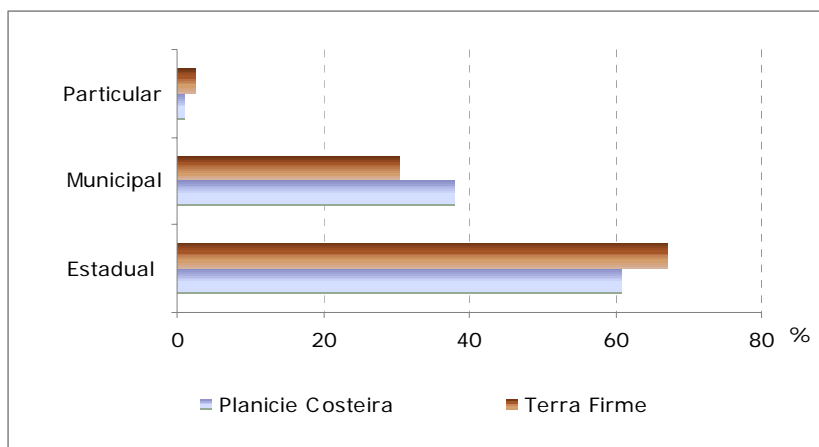


Figura 19 – Taxa de frequência de atendimento por mantenedor nas duas regiões ambientais da área de atuação do GERCO-AP.
Fonte: GERCO-AP; SEED/NPE.

Em relação ao grau de ensino, oferecido nas comunidades entrevistadas, ocorrem os três níveis básicos exigidos pela nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional - LDB: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, distribuídos em 8 modalidades. O ensino de 1ª a 4ª série é o de maior representação (Figura 20).

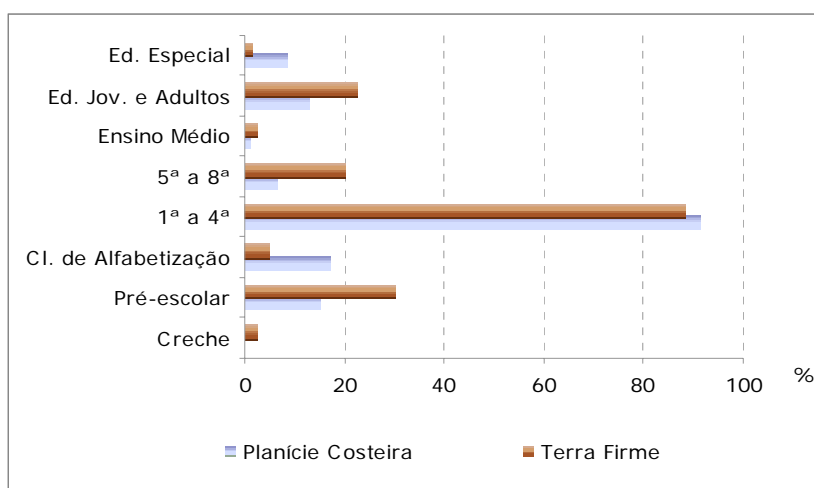


Figura 20 – Distribuição das modalidades de ensino nas regiões ambientais do setor estuarino.
Fonte: GERCO-AP; SEED/NPE.

Apesar dessa presença do poder público, as escolas ainda enfrentam problemas para um bom funcionamento, a situação das escolas com respeito às instalações encontradas nos prédios (ausência

ou mau funcionamento das instalações sanitárias; as salas inadequadas para a quantidade de alunos existentes) se sobressaem em relação aos demais problemas apresentando 32,22% de frequência de ocorrência. Tal problema existe em todos os municípios costeiros com exceção de Itaubal. Estas condições, segundo informações de pessoas entrevistadas em algumas comunidades, também se constitui em um empecilho para os alunos freqüentarem a escola. A falta de prédio próprio para funcionamento da escola contribui com 13,33%. As instalações precárias são problemas que ocorrem com maior freqüência na região ambiental da Planície Costeira, enquanto que a falta de prédio próprio é um problema mais freqüente da Região de Terra Firme (Figura 21). A falta de professor e de material didático ocorre quase com a mesma freqüência em ambas as regiões. A falta de energia elétrica é um problema que se concentra mais na região da Planície Costeira do que na região de Terra Firme e segundo alguns professores é um entrave para a implementação da classe de alfabetização de jovens e adultos, no período noturno.

Associado a variável outros estão à demora no repasse de verba, ausência de professores, atraso no pagamento dos professores.

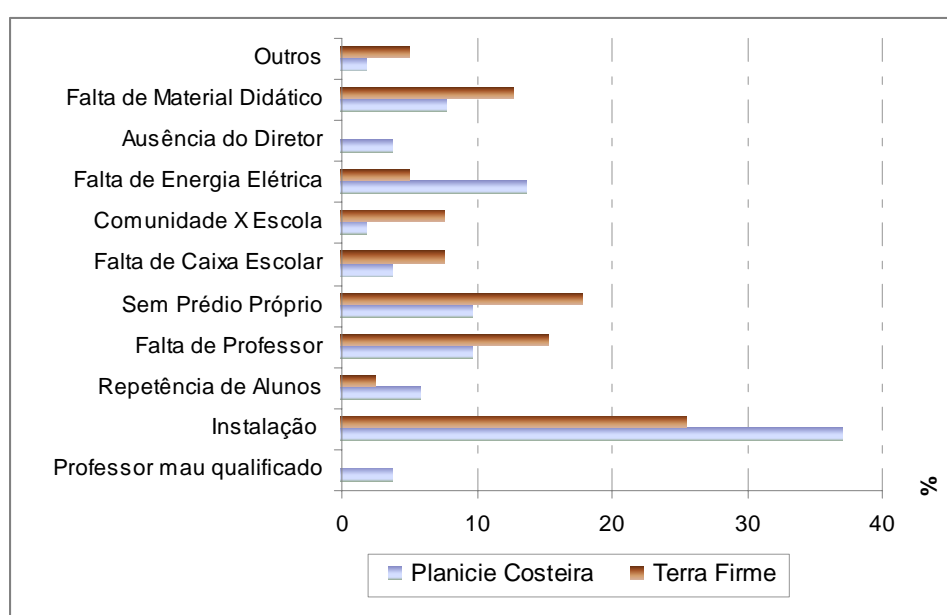


Figura 21 – Problemas enfrentados pelas escolas na área de Atuação do GERCO.
Fonte: GERCO-AP

Vale ressaltar o serviço de transporte escolar público presente nas regiões ambientais (Figura 22) que embora não se faça presente em todas as comunidades; tem contribuído de forma positiva para um melhor atendimento na educação, pois facilita o acesso dos alunos a escola, principalmente os residentes da Região Ambiental da Planície Costeira, onde o principal acesso aos estabelecimentos de ensino é por via hidroviária. Em alguns locais as casas dos comunitários são distantes umas das outras, como também dos locais onde as infra-estruturas sociais estão instaladas. Na Região Ambiental da Planície Costeira, às vezes, os alunos precisam remar contra a maré para chegar ao local de estudo.

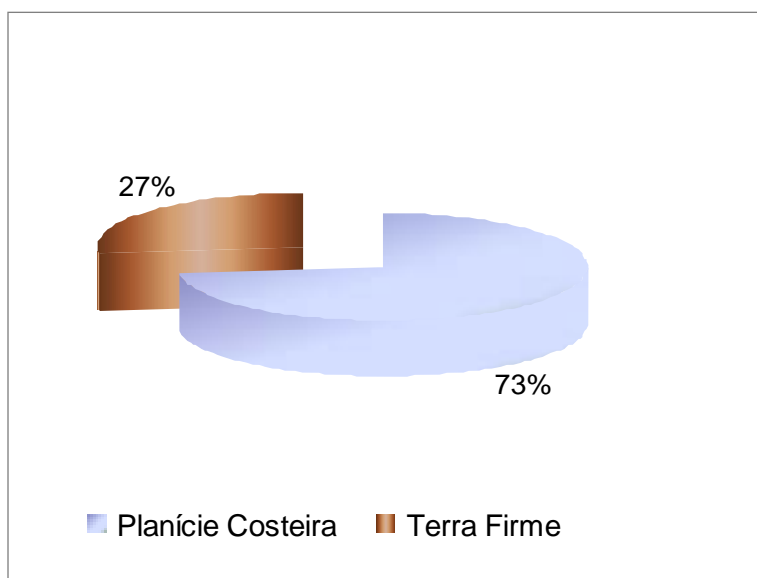


Figura 22 – Frequência do transporte escolar nas regiões ambientais do Setor Estuarino.
Fonte: GERCO-AP

4.4 INDICADORES E ÍNDICE DE POTENCIALIDADE DA REDE EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL

4.4.1 Indicadores da rede educacional

4.4.1.1 Atendimento por Mantenedor

O desempenho dos mantenedores tem influência direta na forma como se dá o atendimento das modalidades de ensino básico nas

comunidades costeiras, assim como o grau de comprometimento de desenvolvimento do poder municipal.

As áreas rurais dos municípios de Cutias, Itaubal e Macapá, possuem o Poder Público Estadual como o mantenedor mais atuante na área da Região Ambiental da Planície Costeira, apresentando taxa de frequência de ocorrência igual ou maior do que 60%. Já o poder municipal tem presença expressiva na Região Ambiental de Terra Firme dos municípios de Mazagão e Santana. O atendimento pleno por esse poder é marcante em ambas as regiões no município de Vitória do Jari (Figura 23).

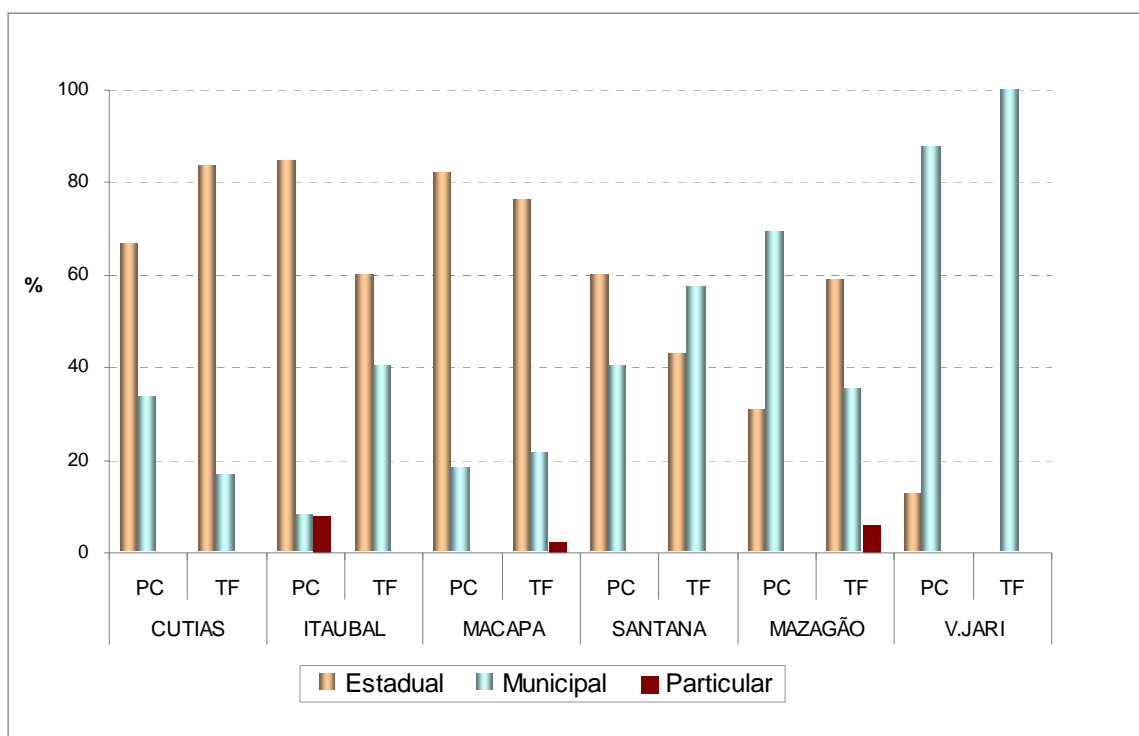


Figura 23 – Frequência do atendimento dos mantenedores públicos nos municípios do Setor Costeiro Estuarino por Região Ambiental.
Fonte: GERCO-AP; SEED/NPE.

4.4.1.2 Atendimento por Modalidade de Ensino

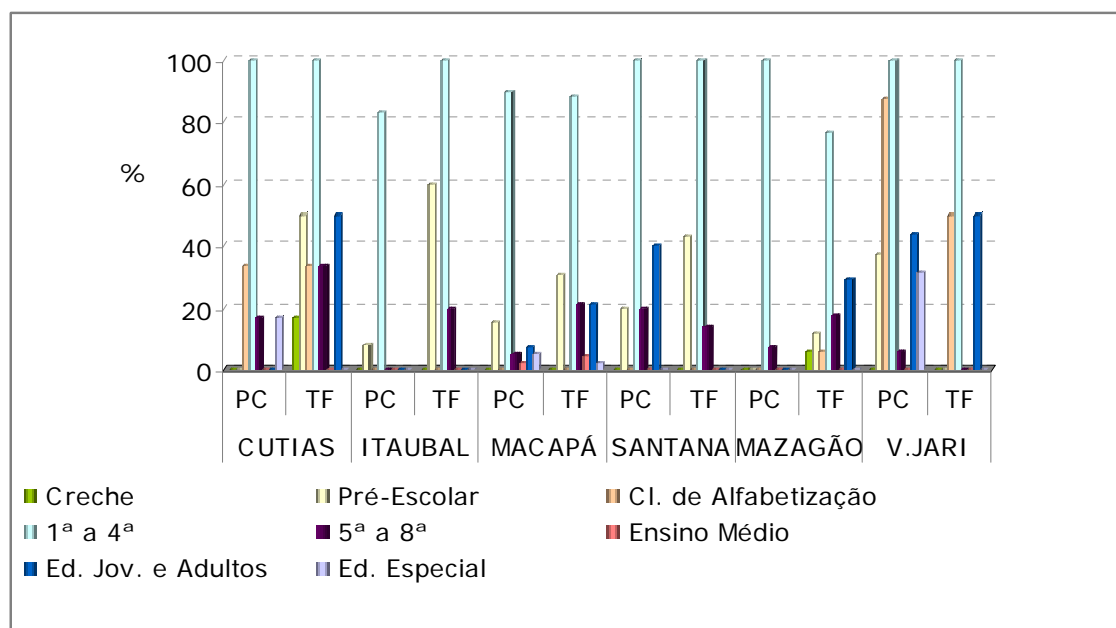


Figura 24 – Modalidades de ensino por municípios costeiros.
Fonte: GERCO-AP.

- **Creches**

A educação básica gratuita a ser ofertada pelo gestor público inclui também o atendimento com creches. Nas comunidades visitadas observa-se carência acentuada dessa modalidade (Figura 24). Faz-se necessário ressaltar este aspecto, pois esta modalidade de ensino é o elo inicial da educação infantil, que tem continuidade no pré-escolar e que serve de subsídio para o ingresso no Ensino Fundamental, em especial no ciclo que abrange de 1ª a 4ª série.

- **Pré-Escolar**

O atendimento por esta modalidade de ensino ocorre principalmente na Região de Terra Firme, com exceção do município de Vitória do Jari. Isto demonstra atualmente a entrada de crianças em suas respectivas faixas etárias para iniciar seu aprendizado no Ensino Fundamental.

- **Classe de Alfabetização**

Esta modalidade educacional merece atenção especial na área de estudo deste trabalho, pois abrange crianças que não se encontram mais na faixa etária das creches e pré-escolar. Nas áreas rurais do Setor Costeiro Estuarino existem locais onde o atendimento com creches e pré-escolar é inexistente ou de difícil implementação, tendo em vista as características sociais e ambientais inerentes principalmente a Região Ambiental da Planície Costeira. A classe ora trabalhada apresenta uma frequência de atendimento muito baixa, aparecendo somente nos municípios de Cutias e Mazagão, na Região Ambiental de Terra Firme e no município de Vitória do Jarí, como ações do mantenedor municipal.

- **1ª a 4ª série**

A modalidade de ensino de 1ª a 4ª série é a de maior frequência e muitas vezes o máximo que o aluno pode chegar na cadeia educacional em sua comunidade, na região estudada, apresentando 100% de taxa de frequência em boa parte das regiões ambientais. Sua menor taxa de frequência é superior a 60%. A continuidade desse ciclo básico é um dos principais anseios dos comunitários, haja vista a dificuldade econômica de boa parte da população dessa área para financiar a viagem e estadia de seus filhos nas sedes municipais.

- **5ª a 8ª série**

O atendimento com o ensino de 5ª a 8ª série tem um quadro de frequência regular na Região Ambiental da Terra Firme, com exceção do município de Vitória do Jari. Na Região Ambiental da Planície Costeira sua oferta é menor. Vale ressaltar que em muitas regiões este ensino é realizado através do sistema modular, com enfoque para a 5ª e 6ª séries.

- **Nível médio**

Nesta modalidade há necessidade do poder estadual se fazer mais presente, visto que, a oferta da mesma é de competência exclusiva do Poder Público, de acordo com os ditames da LDB. Ressalta-se que este

atendimento possui demanda evidenciada pela presença do ensino de 5ª a 8ª série o que por si só justifica a ação de se traçar metas para melhorá-lo, pois atualmente isto só ocorre em algumas comunidades que fazem parte do município de Macapá. Neste sentido, o estabelecimento de ações por parte dos atores públicos e sociais está intimamente relacionado a um melhor desempenho do próprio município, uma vez que um investimento na melhoria da oferta minimizará a demanda pelo acesso ao ensino básico na capital. O mesmo também servirá de ferramenta ao combate da má qualificação educacional nas comunidades da área rural.

- **Educação de Jovens e Adultos**

Esta modalidade de ensino engloba todas as atividades do antigo supletivo e é destinada às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria. Sua disponibilização é de competência tanto do poder público como do setor privado conforme preconiza a LDB.

Na área rural do Setor Costeiro Estuarino o atendimento desta modalidade é prestada unicamente pelo poder público e de forma deficiente e tímida (Figura 24). Tal quadro cria cenários comprometedores ao desenvolvimento de ações públicas em virtude de que a capacitação educacional básica serve como suporte para uma melhor atuação e comprometimento desses atores sociais. A gestão municipal perpassa por diversos segmentos, entre eles a sociedade civil organizada.

- **Educação Especial**

A atual LDB em seu capítulo V define a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Desta forma, perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Nas comunidades rurais abrangidas pelas atividades do Programa Estadual de

Gerenciamento Costeiro/AP, a oferta desta modalidade apresenta certa peculiaridade. Sua frequência não se propaga a todas as comunidades trabalhadas, mas a ocorrência em algumas comunidades dos municípios costeiros revela público para a expansão desse atendimento e preocupação por parte dos gestores municipais e estaduais em se adequar à realidade local e a LDB.

4.5 ÍNDICE DE POTENCIALIDADE DA REDE EDUCACIONAL - IPE

O Índice de Potencialidade da Rede Educacional (IPE) nos fornece o grau de potencialidade da rede educacional dos municípios costeiros no que tange ao atendimento por parte dos mantenedores públicos, bem como a respeito do atendimento com modalidades de ensino prestado às comunidades dentro destes municípios (Figura 25).

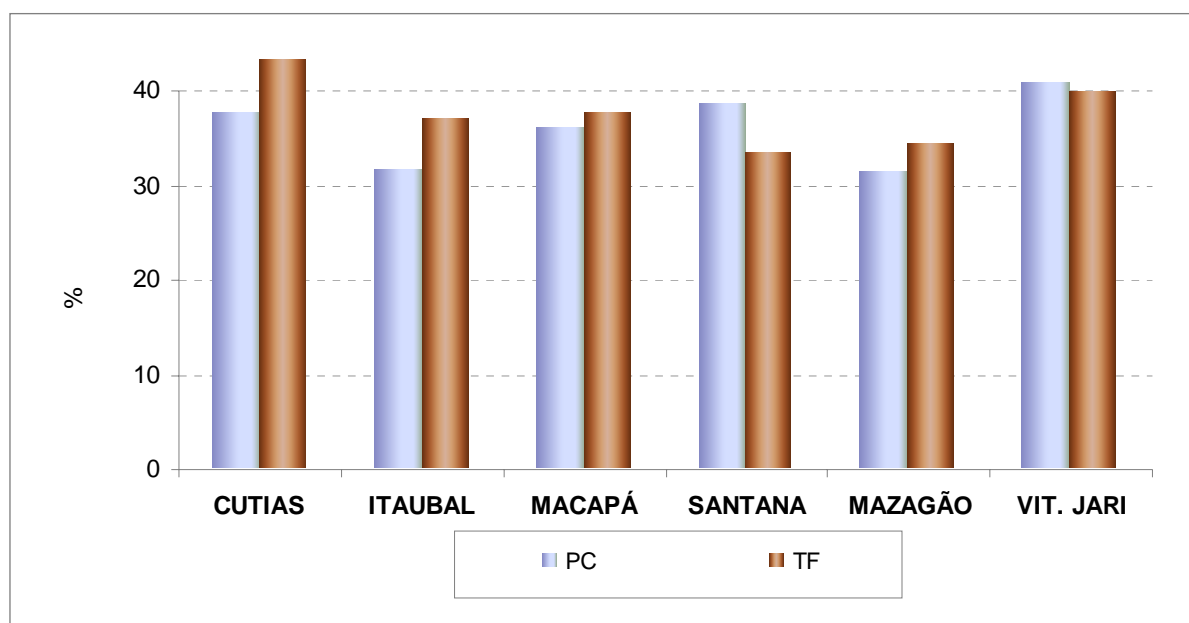


Figura 25 – IPE para a área rural dos municípios costeiros do Setor Estuarino por região ambiental.
Fonte: GERCO-AP; SEED/NPE.

As melhores condições potenciais de educação encontram-se na região ambiental da Planície Costeira do município de Vitória de Jari e na Região Ambiental de Terra Firme do município de Cutias. Isto se dá em decorrência dos mesmos apresentarem as melhores taxas de frequências de atendimento por mantenedor público e de atendimento com

modalidades de ensino o que os coloca em um potencial melhor na área rural em relação aos demais municípios.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. Núcleo de Pesquisa Educacional. **Anuário Estatístico Escolar**. Macapá, 2000. 458 p.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. Núcleo de Pesquisa Educacional. **Sinopse Estatística da Educação**. Macapá, 2000. 268 p.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro; Brasília: MMA/SAE, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9394/96** (LDB). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

COMPÊNDIO do I Ciclo de Seminários do GERCO-AP do Projeto: Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Setor Estuarino do Estado do Amapá, Macapá, 2002.

CREPANI, E. et al. **Curso de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Aplicado ao Zoneamento Ecológico-Econômico e ao Ordenamento Territorial**. São José dos Campos: INPE, 1999. 18 p.

INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO AMAPÁ. ZEE. **Zoneamento Ecológico-Econômico da Área Sul do Estado do Amapá**. Macapá, 2000. 44 p.